

# ATAS

## **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA CÃ, n.º 4/AF/2024, de vinte e um de dezembro de 2024**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas decorreu, no Edifício da Sede de Freguesia, a sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Cã, estando presentes o Presidente da Assembleia de Freguesia **Manuel Duarte Domingues**, o Primeiro Secretário, **Clement Santos Cruz** a segunda secretária **Joana Maria Gameiro Fernandes** e os membros da Assembleia, **Manuel Lopes Jordão**, **Joaquim de Jesus Luís** e **Mónica Silva Rodrigues** eleitos pelo partido PPD/PSD, **Liliana Adelina Gonçalves da Silva** e **Filipe Ribeiro Gonçalves** eleito pelo partido CDS-PP.

O partido PS encontrava-se sem representação pela ausência do membro José Luís Lopes Brito, que não justificou a sua ausência. Encontravam-se ainda presentes os membros da Junta de Freguesia, **Rogério da Conceição dos Santos** (Presidente), **Maria José Rodrigues Marques** (Secretária) e **Amílcar da Silva Fernandes** (Tesoureiro), para cumprimento da seguinte ordem de trabalhos:

### **Período de antes da ordem do dia**

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Leitura / resumo do expediente recebido;
3. Intervenções na generalidade;

### **Período da ordem do dia**

4. Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida desde 21 de setembro até 16 de dezembro de 2024;
5. Apresentação da informação financeira da Junta de Freguesia em 30 de novembro de 2024;
6. Apresentação, discussão e votação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento de 2024;
7. Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano 2025;
8. Apresentação, discussão e votação do Quadro de Pessoal para o ano de 2025;
9. Apresentação, discussão e votação da Tabela de Emolumentos para o ano de 2025;
10. Apresentação, discussão e votação da doação de terreno ao Centro Cultural de Vila Cã;
11. Aprovação do novo regulamento dos prémios aos melhores estudantes da Freguesia;
12. Entrega do prémio aos melhores estudantes da Freguesia no ano de 2023/2024;

### **Período de intervenção e Esclarecimento ao Público**

13. Serão prestados esclarecimentos, nos termos do Art.º 49º da Lei nº75/2013 de 12/9 e dos Art.º 31º e 34º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã.

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão, quando eram dezoito horas e vinte minutos. Começou por cumprimentar os membros da assembleia, o executivo e os cidadãos presentes agradecendo a sua presença. Pediu desculpas pelo atraso e referiu que a ordem de trabalhos tinha sido enviada atempadamente para os membros da Assembleia, publicada e afixada.

# ATAS

## 1. Aprovação da ata da reunião anterior:

O **Presidente da Assembleia** referiu que a ata tinha sido enviada atempadamente e que não tinha recebido nenhuma sugestão de alteração até à data questionando se alguém tinha alguma sugestão de alteração, não havendo, a ata foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção do membro Liliana Silva por não ter estado presente na Assembleia anterior.

## 2. Leitura / resumo do expediente recebido:

O **Presidente da Assembleia** questionou a administrativa Céline Simões sobre a existência de correspondência, não havendo, deu o ponto por ultrapassado por inexistência, uma vez que não receberam qualquer correspondência relativa à Assembleia.

## 3. Intervenções na generalidade:

O **Presidente da Assembleia** abriu uma primeira ronda de inscrições, tendo-se inscrito os membros **Filipe Gonçalves** e **Manuel Jordão**.

O **primeiro interveniente** começou por cumprimentou todos os presentes e questionou a evolução das obras que tardavam em aparecer, apesar de já ter a informação de que haveria valores “em cima da mesa” a nível do orçamento municipal.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Junta**, que cumprimentou o Presidente da Assembleia, os restantes colegas do executivo, os colegas de Assembleia e a oposição, cumprimentou também o público presente e frisou que era muito bom ter a presença da população pois as Assembleias eram o local ideal para os Vilacanenses obterem resposta às suas questões, na medida do possível.

Relativamente à questão colocada pelo membro Filipe Ribeiro, informou que a obra à entrada do IC8 estava adjudicada e se iria iniciar brevemente, a obra do polidesportivo também já estava adjudicada, a asfatação em falta no Gonçalinho, na Baltaria e na Vila Pouca, foi garantida a sua finalização até ao final de Março, a requalificação do Largo do Freixo iria demorar um pouco mais, uma vez que o projeto ainda estava a ser discutido, no entanto estava bem encaminhado e a ficar bonito, contudo reforçou que não é o projeto que nós queríamos, mas é o possível. O projeto do Parque Verde também foi adjudicado, no entanto sofreu uma correção e foram retiradas algumas valências, com a promessa de serem colocadas mais tarde, para que não fosse necessário enviar o projeto para o tribunal de contas uma vez que a estimativa de despesas era de 900.000€. Informou que no dia 2 de janeiro de 2025 a caixa de multibanco estava instalada, a obra do cemitério estava concluída e seria paga durante o ano de 2025 e o columbário já estava concluído. Frisou que as obras do multibanco, do columbário e do cemitério foram pagas pela Junta de Freguesia e que embora estejam a aguardar um apoio do Município, numa primeira fase as obras foram pagas pela Junta. Existem outras obras que gostava de ver feitas, como a zona balnear no ponto de água da Pipa, mas essa obra estava um pouco mais atrasada apesar da pressão feita pelo Executivo e apesar de já terem estado no local com os técnicos da Câmara Municipal por duas vezes para fazer uma análise e levantamento do que se pretende. Reforçou ainda que apesar dos esforços e da pressão as obras tardavam, no entanto da parte da Junta tudo estava a ser feito.

## ATAS

Informou ainda que a primeira fase de asfaltagem estava concluída e que a requalificação geral da estrada principal com o trajeto pedonal estava inserida no orçamento da Câmara Municipal para 2025, assim como a asfaltagem de todas as estradas na serra e os esgotos. Disse que a criação de uma estrada alternativa para a serra não estava fora de hipótese e seria uma realidade.

O **segundo interveniente** que começou por cumprimentar todos os presentes e questionou se o Executivo tinha conhecimento da diminuição da comparticipação da exploração das eólicas para Vila Cã, questionou também se houve alguma alteração do contrato e se era possível apresentá-lo, assim como o contrato da Pedreira. Questionou ainda o ponto de situação do processo dos caulinos na Freguesia Vila Cã.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Junta**, que confirmou a situação das eólicas, no entanto foi-lhe explicado pelo Dr. Oliveira, um dos administradores da SINERGE, que em maio de 2023 receberam 4.521€ e em maio de 2024 receberam 2.352€, porque o valor oscilava consoante a produção e que 70% da produção era dividida por cinco freguesias e que os restantes 30% eram divididos pelas restantes freguesias do Concelho. Relativamente à redução de quase 50% entre maio do 2023 e maio de 2024, informaram que quando surgiram os parques eólicos havia um subsídio estatal para a produção de energia que durou 15 anos, como esse prazo tinha terminado o valor recebido era apenas o da produção. Referiu ter questionado o porquê do novo aerogerador não estar contemplado no contrato e não estarem a receber nada dele.

Relativamente à Pedreira informou que estavam a receber cerca de 3.305€ mil euros com o IVA incluído, sendo o valor do IVA entregue ao Estado ficariam com um valor total de receita 2.687,14€. Referenciou ainda que foi, algumas vezes, questionado sobre o processo em tribunal colocado pelos compartes com o intuito de reverter alguns acordos entre a Pedreira e a Junta de Freguesia, uma vez que os baldios não funcionam e a Junta pede a sua jurisdição. Mas o Presidente disse não saber qual o ponto de situação, comprometendo-se a analisar a situação.

Mencionou que o primeiro contrato feito pelo Sr. Manuel Freixieira que na sua opinião e na do Executivo estava muito bem feito, o qual acordada a receita de 5% para a Freguesia de Vila Cã, o que com as obras do TGV e outras daria uma ótima receita, mas que o contrato de arrendamento feito pelo anterior executivo, anulava o antigo. Concluiu, informando que talvez uma das soluções passa pela recolha de toda a informação e solicitar um parecer à ANAFRE.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra à **Secretária da Junta** que explicou que o parecer seria pedido à ANAFRE porque o contrato assinado pela anterior Presidente, tinha sido assinado sem antes ter sido levado o assunto à Assembleia de Freguesia e o suporte da ANAFRE seria na tentativa de tentar perceber se isso era legítimo. Disse ainda que o anterior executivo poderia ter feito o aumento da área de exploração e fixar uma renda sem ter revogado o contrato anterior, fazendo apenas uma adenda ao contrato. Como tal não foi feito, isso resultou na perda de milhões de euros para a Freguesia de Vila Cã.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra ao **Presidente de Junta** que relativamente à exploração dos caulinos mencionou que o mineral caulino pertencia à Direção Geral de Energia

## ATAS

e os donos dos terrenos são proprietários de superfície e sem a venda dos terrenos não haveria exploração, mas se a empresa pagasse valores avultados não teria dificuldades em comprar os terrenos. Informou que foram feitas algumas diligências para reverter a prospeção, tais como acionaram os meios de comunicação, televisão e Antena 1 para tentar demover a intenção de exploração na nossa Freguesia pois com certeza a exploração dos caulinos traria um grande prejuízo ambiental para as localidades exploradas e disse que haveria a possibilidade de uma exploração indiscriminada por uma empresa externa que não conhecesse o nosso território. A concluir disse que as pessoas poderiam contar com a Junta, que tudo faria para reverter aquela situação, que o Município também está a tratar do problema e pediu que a população estivesse ativa para ajudar a impedir a exploração de caulino.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra ao membro **Manuel Jordão** que informou que no *síte* da Câmara era visível que o PDM estava na 2ª fase de aprovação, com dezenas de pedidos das empresas de exploração para que em certas áreas, locais onde possivelmente nem seriam os proprietários dos terrenos, passassem a ser zonas para exploração mineira. O membro questionou se, a partir da Câmara, seria possível fazer alguma alteração para impedir essa situação.

O **Presidente de Junta** referiu que na zona indicada para exploração, havia muitos terrenos que pertenciam a empresas de madeireiros e se lhes oferecessem uma quantia avultada pela compra dos terrenos, eles não hesitariam a executar a venda dos mesmos. Frisou ainda, que a exploração do caulino irá poluir as linhas de água que se encontram por baixo da exploração e mesmo que os terrenos não se encontrem por cima de uma linha de água, a água que se infiltra no terreno e escorre para as linhas de água, irá ser muito prejudicial. Reforçou mais uma vez que a Junta estará ao lado da população.

Relativamente ao PDM disse que tinha a garantia da Câmara de que, enquanto não houvesse alterações, não seriam possíveis novas explorações de caulinos, no entanto já tinha sido dado um parecer favorável na Pipa e o Presidente de Junta garantiu que ia tentar perceber o que é que tinha acontecido. Apelou mais uma vez à união da população e sugeriu a criação de uma espécie de comissão de moradores que defendessem os interesses das pessoas da aldeia. Referiu também que haveria a possibilidade de reverter a situação uma vez que não houve o edital para consulta pública.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra e questionou como é que foi dada a aprovação para a exploração, uma vez que a informação que tinham, era a de que não iriam aprovar as explorações e se todas as formalidades legais obrigatórias tinham sido cumpridas, porque no caso contrário dava a entender que teria sido aprovada de modo sigiloso o que era um problema. Sugeriu que não houvesse manifestações populares contra a aprovação, porque a Câmara já tinha dito que não aprovariam novas explorações. Fez ainda uma reflexão sobre o impacto ambiental na Pipa, que seria catastrófico.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra ao **Presidente de Junta** que falou sobre a conferência de imprensa em que o Presidente da Câmara, Pedro Pimpão, se comprometeu a fazer pressão junto do Governo para que fosse alterada a lei e a DGE não permitisse a invasão dos territórios sem ouvir as populações e as autarquias, que a lei tem lacunas graves e que

## ATAS

tem a garantia do Município de que vai diligenciar para que a lei seja revista nesse aspeto, mas não se sabe se vai conseguir, porque isto movimenta muito dinheiro.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra e esclareceu que em relação ao contrato das Eólicas, foi feito pela Câmara, que era membro da Assembleia Municipal quando o contrato foi aprovado e foi decidido que as Juntas receberiam o valor que lhes era atribuído, tendo havido uma redução para metade do preço a partir de 2023. Em relação à pedreira esclareceu que o contrato atualmente em vigor foi feito em 2017 pela Junta de Freguesia. Para concluir agradeceu as questões levantadas, pois eram muito importantes.

A **Secretária da Junta** pediu a palavra para esclarecer, com recurso ao livro de atas, que no executivo anterior, em que também o membro Clement fazia parte, foram dados poderes à Presidente de Junta para efetuar apenas um aditamento ao contrato da exploração e não para a realização de um novo contrato que revogasse os contratos anteriores.

O **Presidente de Assembleia** questionou se a Assembleia de Freguesia da altura não tinha aprovado o contrato. A **Secretária da Junta** respondeu que não e que apenas tiveram conhecimento da possibilidade de alargamento da área de exploração e do aditamento. No entanto entre uma Assembleia de Freguesia e outra foi elaborado o contrato que revogava os anteriores. O **Presidente de Assembleia** disse que a Assembleia de Freguesia da altura não tinha feito um bom trabalho de fiscalização, pois se nas contas e orçamentos apareciam verbas diferentes deveria ter questionado a Junta. A **Secretária** respondeu que o valor da renda tinha aumentado, porque o valor dos 5% não estava a ser aplicado.

Mediante a questão levantada o **Presidente de Assembleia** sugeriu que esse fosse um dos pontos da Assembleia de Freguesia seguinte porque não estavam na posse de toda a documentação. O **Presidente de Junta** pediu pra intervir e reforçou mais uma vez que o anterior executivo apenas autorizou o aditamento e não a alteração do contrato anterior o que foi confirmado pelo membro **Clement Santos** que informou que quando entrou para o Executivo já tinha a escritura marcada para daí a duas semanas.

O membro **Liliana Silva** interveio com o propósito de sugerir que esse assunto fosse abordado em outra Assembleia de Freguesia, no entanto o **Presidente de Assembleia** na posse da palavra leu um parágrafo do contrato de exploração em que eram atribuídos poderes à anterior Presidente nas Assembleias de 19 de junho de 2009 e 15 de janeiro 2016 para assinar o contrato de exploração. Concluiu a sua intervenção e passou a palavra ao membro **Liliana Silva**, que cumprimentou todos os presentes e reforçou a importância do assunto do contrato da pedreira. Concordou com o posicionamento do membro Manuel Jordão em que toda a verba que fosse dirigida à Junta era essencial, pois permitia à Junta avançar com projetos mesmo sem o apoio da Câmara, numa fase inicial. Relativamente à prospeção dos caulinos referiu que no dia 29 de junho de 2024 durante uma Assembleia de Freguesia, questionou se o executivo tinha conhecimento da situação, ao que o Executivo teria respondido que não tinham conhecimento, mas que se iriam informar. Foi então mencionada a reunião de Câmara Municipal de 18 de julho de 2024 em que foi apresentada, discutida e votada a consulta pública de pedido de atribuição de direitos de prospeção de depósitos de minerais de caulinos na área denominada Pipa e foi deliberado por maioria com dois votos contra do partido socialista o parecer favorável condicionado às salvaguardas elencadas. Referiu ainda, que o que tinha

## ATAS

mencionado anteriormente não tinha sido levado em conta ou deixou-se passar o tempo útil, até após a mesma ter avisado e ainda havendo tempo para tal. Fez referência ao Joel Silva, ex-membro desta Assembleia de Freguesia, que através dos meios de comunicação alertou para a situação e que sem ele provavelmente ninguém se iria aperceber da situação. Sugeriu que a Assembleia de Freguesia, e da forma que o Presidente de Assembleia achasse mais conveniente, deixasse explícito a sua posição contra, e emitisse um parecer que fosse votado pelos restantes membros da Assembleia de Freguesia. Deixou como sugestão, uma vez que este é um problema de todo o nosso território que fosse feito um trabalho com a Comunidade Intermunicipal de Leiria para avaliar que terrenos podiam ser utilizados para prospeção e exploração sem prejudicar a população. O membro elogiou a decoração de Natal descrevendo-a como bonita, simples e convidativa que de alguma forma demonstra o envolvimento de várias instituições, elogiou a Festa de Natal da Escola, que tinha decorrido no dia anterior, como um resultado das forças vivas da Freguesia. Recomendou que relativamente à questão dos Compartes a Junta deveria ajudar na constituição da associação ou certificar-se que esteja legalmente constituída, pois assim poderiam ser parceiros nas negociações. Quanto à questão da saúde questionou qual era a situação do posto de saúde e sugeriu que a Junta ajudasse as pessoas a criar uma comissão de utentes. Relativamente ao polidesportivo questionou onde é que estaria o projeto, o que é que iria contemplar e quais as dimensões, pois considera que a criação de um novo polidesportivo seria um contrassenso a nível de gastos e de organização da Freguesia, uma vez que já existe um polidesportivo com mais de 20 anos, junto ao antigo jardim-de-infância, que na sua opinião nunca foi terminado, como tal deveria ser valorizado. Fez referência também ao projeto do parque de merendes que terá um parque sintético e dessa forma teríamos vários parques de prática desportiva e nenhum deles terá todas as condições reunidas. Sobre as melhorias no Centro Escolar, referiu que algumas melhorias foram feitas outras não e que na sua opinião o Centro Escolar estaria inacabado e questionou qual o seu ponto de situação. Em relação ao parque verde questionou qual seria o projeto e pediu que não fosse descurado a sua ligação ao Centro de Freguesia, nomeadamente o espaço verde que fica em frente e nas traseiras do bar da associação adquirido no mandato do Ex- Presidente Jorge Silva e frisou que seria importante fazer ligação entre o terreno adquirido pelo atual executivo e os trilhos abertos pela Camara Municipal pela Zona Ribeirinha, à semelhança das Juntas de Pombal, Vermoil e Carnide. Deixou o alerta para que houvesse alguma precaução em relação a verbas avultadas presentes no orçamento e a todas as obras que iriam surgir no ano de eleições, pois iriam começar a surgir mais obras concluídas, no entanto poderiam não dar resposta às necessidades da população.

O **Presidente de Assembleia** colocou à votação a extensão do período da ordem do dia para mais uma hora para que as questões pudessem ser respondidas, não havendo ninguém contra o período foi estendido e em seguida referiu que tendo em conta a última parte da intervenção do membro Liliana Silva, parecia que ela já se encontrava em campanha eleitoral, referindo que esta afirmação era feita brincando com o tema. Em resposta referiu que a criação de comissões fazia parte de uma democracia de base enquanto a Junta de Freguesia é uma democracia representativa que não aponta para uma liderança ou atividade de base. Relativamente aos Caulinos, explicou que a Assembleia de Freguesia não tinha qualquer

## ATAS

competência nesta área, pois o Município é que autorizava e o facto de o membro ter alertado a 29 de junho e a Câmara ter deliberado a 19 de julho, isso não evitaria a sua aprovação. Solicitou que o membro Liliana redigisse uma recomendação que fosse votada e discutida no final da Assembleia de Freguesia e posteriormente fosse apresentada à Câmara para reforçar a preocupação da Assembleia de Freguesia com o problema dos caulinos que afeta diretamente Vila Cã.

Passou em seguida a palavra ao **Presidente de Junta** que informou que esteve em várias reuniões em que foram discutidas as formas como seriam construídas as próximas unidades de saúde familiar. Frisou que defendia a ideia de que deveriam ser construídas unidades de saúde que abrangessem várias Freguesias e que para além de consultas fosse possível fazer exames, disse que aquela ideia, já partilhada com o Presidente da Câmara, teve origem numa experiência que o próprio teve num Centro de Saúde de Vila Real de Santo António em que em quarenta e cinco minutos teve duas consultas e fez um raio-X. No entanto, apesar dos esforços do executivo a ideia acabou por não ter avanços. Informou que o acordado seria a mudança de Vila Cã para Abiúl e não haveria a possibilidade de discussão, uma vez que Abiúl tinha dois ficheiros e farmácia enquanto Vila Cã só tinha um ficheiro e não tinha farmácia. Mas referiu que deixou bem claro o seu descontentamento perante a Câmara Municipal, o Presidente de Câmara e nas reuniões em que esteve, relativamente à ida para um centro de saúde com 15 anos e sem investimento em novas tecnologias. Transmitiu que numa reunião com o executivo da Junta de Freguesia de Abiúl, o Sr. Pedro membro do executivo da Junta de Freguesia de Abiúl concordou com a ideia do próprio e reforçou-a propondo que fosse pedido ao executivo da Câmara Municipal a requalificação da antiga Casa do Povo de Abiúl para se fazer um novo Centro de Saúde nesse espaço, no entanto as candidaturas para o PRR da unidade de saúde familiar já tinham terminado, como tal era necessário aguardar. Reforçou que têm sido feitas várias diligências para que houvesse qualidade de saúde em Vila Cã. Explicou ainda que a Junta se predispôs a pagar a um médico a meio tempo para servir os Vilacanenses, no entanto apesar de já ter falado com algumas pessoas, ainda não tinha nada em concreto para informar na Assembleia de Freguesia. Solicitou que se algum dos presentes soubesse de algum médico para passar essa informação. O membro **Liliana Silva** questionou onde é que estava a divulgação da intenção da Junta em recrutar um médico, ao que o **Presidente de Junta** respondeu que como aquela era uma decisão recente ainda não tinham tido tempo de divulgar, e que inclusivamente já tinha questionado o Doutor Manuel Domingues para saber se ele conhecia alguém, no entanto apesar de terem falado com um profissional sugerido, consideraram que não seria a pessoa certa, pois, tal como referiu o **Presidente de Assembleia**, existem certos constrangimentos e limitações impostos pela ARS para a autorização do profissional.

O **Presidente de Junta** continuou explicando que relativamente ao polidesportivo informou que não teve acesso ao projeto, pois quando o centro escolar foi contruído o projeto já contemplava o polidesportivo que seria construído e que o valor da sua construção deveria rondar os 200.000 euros. Em relação ao sintético do parque verde transmitiu que foi uma das valências retiradas para que o valor da construção fosse inferior a 750.000 euros para que a obra fosse mais célere. Relativamente às obras inacabadas, afirmou que as obras que têm começado estão a

## ATAS

ser terminadas, mesmo que demore, tal como a luz no multibanco que demorou seis meses a ser colocada por razões que o próprio desconhece. Garantiu que tem feito muita pressão na Câmara para que haja obras em Vila Cã e que a ligação do Parque de Merendas até ao Centro da Freguesia seria uma necessidade absoluta através de um passadiço natural.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra ao membro **Liliana Silva** que esclareceu que o que pretendia era uma infraestrutura simples com pouco investimento, tal como um caminho de terra batida, arranjado e enquadrado com o meio rural em que Vila Cã se insere.

O **Presidente de Junta** retomou da palavra explicando que relativamente aos Caulinos informou que foi marcada uma reunião com a Junta de Freguesia de Abiúl e nela foi feita uma exposição à Câmara Municipal que já se encontra na Direção Geral de Energia e que foi distribuída pelos membros da Assembleia. Relativamente às melhorias no Centro Escolar, informou que já foi feita uma visita ao local com o arquiteto Navega e talvez aquando das obras pudessem ser feitas algumas melhorias, no entanto essas melhorias não estavam ao alcance da Junta, pois eram intervenções camarárias.

#### **4. Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida desde 21 de setembro de 2024 até 16 de dezembro de 2024:**

O **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto sugerindo ao Presidente de Junta que lesse os pontos mais importantes do documento e explicasse o que achasse conveniente e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que leu o seu relatório sobre as atividades desenvolvidas desde a última Assembleia de Freguesia, de acordo com o documento que tinha sido enviado aos membros da Assembleia de Freguesia, que se anexa a esta ata e dela faz parte integrante. Fez especial referência à reunião tida na Pipa para esclarecimento à população sobre a exploração dos caulinos, referiu a reunião tida com o doutor Teófilo Santos para preparação do processo 668/20 sobre a Associação de Compartes do Barrocal; a reunião mensal com os Presidentes de Junta na Pelariga; a contratação de mais um colaborador para os serviços de cantoneiros, a intervenção feita nos caminhos florestais com a moto niveladora; solicitação a três empresas da cotação para o projeto de requalificação do Largo da Feira dos 14 a pedido da Câmara e posteriormente foi enviado o parecer para o Município; o início das obras no cemitério; a comunicação de defeitos nos muros do cemitério novo ao senhor vereador Pedro Navega e engenheiro Artur que após uma vistoria foi dada a informação ao executivo de que não havia problema; aquisição de uma carrinha de nove lugares para apoio escolar que será transformada para transporte de oito meninos e o condutor. Mencionou também a cedência da carrinha pick up para limpeza dos trilhos, organização de um passeio com as senhoras das sextas-feiras mágicas, ginástica sénior e outras pessoas da Freguesia.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra questionando se algum membro pretendia intervir. Entreveio o membro **Liliana Silva** para elogiar o facto de o Executivo ter adquirido outra carrinha, pois iria melhorar a qualidade no âmbito da educação e ajudar as famílias mais jovens a fixarem-se em Vila Cã. Solicitou que o Presidente de Assembleia enviasse o projeto da construção do polidesportivo para os membros da Assembleia, pois sentiu-se indignada que o executivo não tenha tido acesso ao projeto uma vez que a última palavra era da Junta.

# ATAS

O **Presidente de Junta** respondeu que nunca tinha tido acesso ao projeto que tinha sido aprovado no mandato anterior, da freguesia e do Município. O **Presidente de Assembleia** sugeriu que o solicitasse e fosse distribuído pelos membros na próxima Assembleia de Freguesia e questionou se mais algum membro pretendia intervir, tendo inscrito o membro **Manuel Jordão** que questionou relativamente à continuação da asfaltagem das estradas, ao que o **Presidente de Junta** respondeu que a obra tinha um prazo de seis meses para estar concluída e que até março toda a asfaltagem estaria pronta.

## 5. Apresentação da informação financeira da Junta de Freguesia em 30 de novembro de 2024:

O **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que informou que nas contas apresentadas ainda não estavam os valores referentes à carrinha de 54.000 euros e as obras do Cemitério de 42.058 euros mais IVA. Mencionou que em numerário tinham o valor de 3.937,84€, de fundo de maneiio havia 125,00 euros, ou seja, um total em caixa de 4.062,84 euros. Na CGD havia 13.577,68 euros à ordem e na CCAM 72.519,23 euros à ordem e um depósito a prazo de 300.000,00 euros, num total de 386.096,91 euros, o que dá um saldo total na tesouraria de 390.159,75 euros. Informou que o valor total já incluía o pagamento do columbário e do multibanco e de outras despesas.

O **Presidente de Assembleia** confirmou a veracidade dos dados que ele mesmo verificou.

O **Presidente de Junta** solicitou a oportunidade para intervenção e esclareceu que o número de colaboradores a trabalhar na Junta aumentou, que foi gasto muito dinheiro em combustível para abertura de caminhos, com a distribuição dos inertes da pedra pela população quando solicitado e tendo em conta todos os gastos e o valor economizado afirmou que foi feita uma gestão espetacular e que é da responsabilidade dos fregueses querer saber sobre a situação financeira da nossa Junta de freguesia.

## 6. Apresentação, discussão e votação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento de 2024.

O **Presidente de Assembleia** deu início ao ponto e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que esclareceu que a razão da existência deste ponto se devia à aquisição de uma carrinha e era necessário fazer movimentos no depósito a prazo.

O **Presidente de Assembleia** questionou se algum membro pretendia intervir, ao que o membro **Filipe Ribeiro** lembrou a capacidade da carrinha, 8 lugares mais um para o motorista e questionou se era possível ir mais um adulto nos lugares da frente ao que foi respondido que não.

O **Presidente de Assembleia** colocou o ponto à votação o qual foi aprovado por unanimidade e por minuta.

# ATAS

## 7. Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2025:

O **Presidente de Assembleia** deu início ao ponto explicando que desta aprovação depende a sua execução para o ano seguinte e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que solicitou que a apresentação fosse feita pelo **Presidente da Assembleia** por ser a sua área profissional, ao que este respondeu que o faria com todo o gosto e que o iria sintetizar, arredondando sempre os valores para milhares de euros, passando a enumerar a página 17 com as receitas da Junta de Freguesia, com os rendimentos de propriedade incluindo as rendas da Sicó 63 mil euros, representando 15% das receitas, transferência do Município e do Estado com uma previsão de 270 mil euros ou seja 64,8% e venda de bens e serviços 25 mil euros 6,2%, Receitas de Capital transferidas pelo Município 47 mil euros com 11,5%.

Na pág. 18, referente às Despesas, 50% do total das mesmas, são representadas com o pessoal, com um total de 210 mil euros. Aquisição de bens e serviços 36%, aquisição de bens de capital 11% os restantes valores são de despesas correntes.

Na pág. 19, na descrição das Receitas, com o estado a transferir 112 mil euros (FFF 61 mil, artigo 38º da lei 73/2013, 40 mil euros e outras 10 mil) e o Município 157 mil que integra a delegação de competências com 29 mil euros, comissões sociais 10 mil euros, limpeza urbana 10 mil euros, faixas de gestão de combustível 14,5 mil euros, eólicas 26,5 mil euros, protocolo programa de escolas 9,2 mil euros e transferência de competências 56 mil euros.

Na pág. 20 comparticipação dos pais com o ATL 19 mil euros, do Município os subsídios ao investimento 47,9 mil euros (multibanco, cemitério e columbário).

Na página 21 as refeições confeccionadas 40 mil euros, géneros para confeccionar 8 mil euros, com seguros 4 mil euros, estudos, pareceres, projetos e consultadoria 38 mil euros (projeto da Feira dos 14), compra de terrenos 12 mil euros, aquisição de viatura 27,5 mil euros.

Na pág. 2 do PPI pode-se verificar o projeto da Feira dos 14 com um investimento de 33 mil euros, Parque da Pipa/Cubo 5 mil euros, Fonte do Vale 100 euros e reflorestação e embelezamento da Sicó 500 euros.

Na pág. 26 aquisição de uma carrinha de trabalho 27 mil euros, aquisição de miniautocarro 500 euros.

Foi de seguida colocado o documento a votação tendo sido aprovado por unanimidade com uma declaração de voto do membro **Liliana Silva** que em representação do CDS declarou que têm votado sempre favoravelmente, as proposta do plano e do orçamento apresentadas pelo Executivo pois quiseram sempre dar-lhes um voto de confiança, contribuindo para uma imagem de união na defesa dos interesses dos cidadãos, reforçando que o atual Executivo tem todas as condições de trabalhar, para exigir junto do Município uma promoção da melhor qualidade de vida dos cidadãos e que não devem desistir da obtenção de respostas, estando esta Assembleia de Freguesia disponível para lhes dar força nesse sentido, uma vez que é essa a nossa função.

O membro **Filipe Gonçalves** também deixou uma declaração de voto afirmando que concedem esse apoio para que vejam obras e trabalho a acontecer, ficando triste por se aperceber que

# ATAS

apesar de toda a pressão feita por este Executivo junto do Município, eles é que não fazem as coisas acontecer.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra e aproveitou para agradecer e elogiar a funcionária Céline pelo rigor que transcreve as atas e a forma excelente como desenvolve o seu trabalho como secretária desta Assembleia de Freguesia.

Em jeito de resposta e concordância com o membro Filipe, acrescentou ainda que efetivamente quem trabalha na atividade privada, em que o processo de decisão é rápido e depois encontra no Estado a imensa demora na tomada de decisões, seja complicado de lidar e referiu que entendeu as declarações de voto como elogios condicionados. Expôs, ainda que até ao final do mandato serão feitas e inauguradas obras, que tanto ansiamos, tal como o caso do multibanco que a obra está feita, a máquina disponível, mas falta a eletricidade que é um processo complicado e demorado. O **Presidente de Junta** tomou da palavra explicando que na última reunião dos Presidentes de Junta, onde estavam os vereadores e toda a parte técnica, tinha havido um Presidente de Junta que estava a colocar defeitos nas obras que tinham ocorrido na sua freguesia e que o próprio tinha intervindo referindo que adorava poder estar a discutir tal assunto que, assim, seria sinal de ter obras feitas em Vila Cã e que tinha conhecimento que já tinham sido investidos, cerca de 9 milhões de euros naquela Freguesia desde 2013 até 2016 e que agora já ia em 13 milhões, ora conseguimos perceber o quanto já deveria ter sido investido em Vila Cã. Sugeriu ainda que deveria existir no Município um relatório público, dos valores investidos nas Freguesias de há 20 anos para cá, lamentando que Vila Cã esteja no fundo da tabela. Recebeu resposta do Presidente Pedro Pimpão que disse que nos próximos tempos serão os seus colegas Presidentes de Junta a reclamar que tudo aconteceria em Vila Cã, pois os projetos apresentados teriam de ser uma realidade.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra colocando à consideração dos membros a aprovação por minuta. Foi também aprovado por minuta e por unanimidade.

## **8. Apresentação, discussão e votação do Quadro de Pessoal para o ano de 2025:**

O **Presidente de Assembleia** abriu o ponto e passou a palavra à Secretária **Maria José Marques** que explicou que o quadro de pessoal não tinha qualquer alteração em relação ao último, mas que tinha de ser aprovado para o ano seguinte.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra explicando que as contratações que estavam a ser feitas eram de acordo com os lugares já existentes no quadro e colocou o ponto a votação sendo aprovado por unanimidade e por minuta.

## **9. Apresentação, discussão e votação da Tabela de Emolumentos para o ano de 2025:**

O **Presidente de Assembleia** explicou que também não haveria alterações aos valores praticados em 2024, e colocou o ponto a votação sendo aprovado por unanimidade e por minuta.

## **10. Apresentação, discussão e votação da doação de terreno ao Centro Cultural de Vila Cã:**

## ATAS

O **Presidente de Assembleia** explicou que o documento referente ao ponto, já tinha sido distribuído e que era entregue também um mapa e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que explicou que a cedência do terreno era um assunto que já se vinha a ser discutido há vários anos e que este Executivo nunca tinha colocado nenhuma objeção a partir do momento em que se acautelassem duas situações. A primeira se perante alguma situação o edifício ficasse abandonado e o Centro Cultural sem Direção, reverteria a sua jurisdição a favor da Junta de Freguesia para que o edifício não ficasse ao abandono e a segunda para o caso de ser necessário demolir o palco ao lado do edificio, para a requalificação da Sede de Freguesia e intervenção no espaço paralelo (esplanada) que não houvesse objeções. Explicou ainda que tinham consultado a ata antiga que deliberava a cedência do espaço ao Centro Cultural e que a situação do convertimento a favor da Junta, em caso de falta de direção já se encontrava ali acautelada, não podendo ser utilizada para fins lucrativos. Foi então acrescentado neste novo contrato um decreto-lei que remete à utilização deste espaço tal como a Junta de Freguesia, utiliza outros espaços no desenvolvimento da sua atividade. Explicou que após aprovação em reunião de executivo, se ia agora deliberar a cedência de 1040 metros quadrados de terreno, e que na ata inicial apenas tinham sido cedidos 1000 metros. Reforçou ainda que toda esta situação tinha sido aprovada pelo Centro Cultural em reunião de direção e de Assembleia Geral, a Junta de Freguesia já aprovou e a Assembleia de Freguesia vai aprovar e reforçou a importância desta doação a fim de que o Centro Cultural possa obter a sua licença de utilização e legalização do edifício.

O membro **Mónica Rodrigues** solicitou a palavra para questionar se o terreno marcado no plano, a verde, seria o que ia ser cedido à Associação e se o mesmo tinha projeto aprovado, porque se a intenção é legalizar o edifício, o perímetro apresentado não permite ter vãos à extrema, sendo necessários pelo menos 3 a 5 metros laterais para abrir vãos e o edifício apresenta portas e acessos nesta zona. Alertou para a impossibilidade de abertura de vãos novos, caso não estejam aprovados no projeto inicial ou caso estejam em desconformidade com o mesmo ou com os atuais.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra ao **Presidente de Junta** que quis esclarecer que a parte cedida não é a mancha verde, mas sim aquele espaço lateral.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra reforçando que o que estava em causa era a cedência do terreno nas condições referidas, e que a implantação do edifício e a sua legalização era um assunto que transcendia a Assembleia de Freguesia.

O membro **Mónica Rodrigues** solicitou a palavra para esclarecer a sua ideia de que se poderia retificar o artigo e colocar mais 400 metros quadrados, pois considera que a Associação terá problemas na legalização.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra reforçando que o assunto discutido era apenas a doação do terreno e nada tinha a ver com o projeto, e que a legenda dizia que era o artigo matricial com uma área de 1040 metros quadrados cedidos, com 90 metros quadrados para acesso rodoviário e após cedência 950 metros quadrados, que era o que estava numa deliberação muito antiga da Junta de Freguesia e que era isto que ia a votação.

O membro **Liliana Silva** solicitou a palavra e esclareceu que a própria e o membro Filipe eram partes interessadas, uma vez que eram Secretaria e Tesoureiro da Assembleia da Associação

## ATAS

pelo que não iriam votar a proposta na expectativa de que fosse votada favoravelmente, uma vez que era uma proposta trazida pelo Executivo e sendo a Assembleia de Freguesia composta maioritariamente por membros do mesmo partido, nem se punha em causa, a não aprovação. Deixou ainda algumas considerações tais como, se tratar de um edifício construído há mais de 40 anos, inaugurado há cerca de 20 anos com apoio de fundos europeus, teoricamente deveria estar legalizado à data dessa beneficiação, o que não aconteceu, e explicou que, como Presidente da associação tinha sido sempre prioridade da mesma, durante cerca de 10 anos trazer esse pedido à Junta de Freguesia, para proceder à sua legalização. Solicitou ainda, um esclarecimento, pois parecia-lhe que a proposta não parecia estar completa, quanto ao que a Associação tinha definido, pois para eles parecia-lhes bem claro que aquele terreno já era da Associação, mas que os anteriores executivos interpretavam que poderiam estar a lesar os outros fregueses por deixarem de ter posse de um terreno, mas que felizmente este Executivo conseguiu dar a compreensão e desbloquear este processo, agradecendo a disponibilidade para a negociação e boa interação. Esclareceu ainda que apesar de não estar assinalado, a parte referente ao antigo parque infantil, tinha sido deixado à disposição da Junta, ainda no mandato liderado pela Ana Tenente, para circulação e estacionamento. E indicou que, caso posteriormente apareça a necessidade de alguma retificação, esta Assembleia de Freguesia esteja disponível para o fazer. Esclareceu ainda que existe realmente um projeto feito, que iram acontecer dificuldades, que existe um esforço significativo e que é importante a Junta acompanhar e não se libertar dessa responsabilidade, pois quem beneficia são os sócios e os cidadãos em geral. Esclareceu ainda que o documento escrito que tinha ido à Assembleia de sócios tinha sido a questão da negociação, da parte a vermelho, e que não aparecia ou por omissão ou por engano.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra reforçando que a legenda da planta, explicava a parte do acesso rodoviário e a deliberação em conjunto com a planta permitia esclarecer a situação e registar na Conservatória e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que explicou que se tratava de um levantamento topográfico e que os 1040 metros quadrados estavam naquela área. O membro **Liliana Silva** retomou da palavra para clarificar que na proposta da Associação, acrescentaram a questão de que o Centro Cultural poderá proceder à cedência de área e declarar que autoriza a demolição do palco.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra dizendo que sendo um problema de há 20 anos, a Assembleia de Freguesia sentia-se feliz por ajudar na sua resolução e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que referiu que na necessidade de legalização de vãos existentes ou novos vãos, seria talvez possível, fazer uma escritura de servidão de vistas e passagem solicitando a interpretação do membro **Mónica Rodrigues** que respondeu não conhecer essa possibilidade, mas que poderia ser possível por confrontar com zona pública, não existindo problema nesse caso.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra, colocando o ponto à votação sendo aprovado por maioria e por minuta com duas declarações de não voto dos membros Liliana e Filipe por conflito de interesses por integrarem os Órgãos Sociais do Centro Cultural.

O membro **Filipe Gonçalves** solicitou a palavra para referenciar que faz parte dos dois órgãos, da Assembleia de Freguesia e da Direção do Centro Cultural e com todo o gosto levam a cabo

# ATAS

este processo, e solicitou em forma de exigência que todas as obras realizadas em Vila Cã, tenham o Centro Cultural integrado na sua área envolvente, para poder ser beneficiado. O **Presidente de Junta** explicou que este Executivo quer sempre fazer parte da solução e não do problema e que o edifício será sempre integrado.

## 11. Aprovação do novo regulamento dos prémios aos melhores estudantes da Freguesia:

O **Presidente de Assembleia** deu início ao ponto explicando que anteriormente era apenas ao melhor estudante da Freguesia e que agora se estendia aos três melhores estudantes da Freguesia, o que é louvável, e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que explicou que o executivo tinha decidido aumentar este apoio, pois este valor já era dado há cerca de 15 anos e assim em vez de aumentar o valor do prémio único, decidiram estender a vários prémios e criar 3 classificados, tornando-se mais justo, pois nos anos anteriores tinham-se apercebido de estudantes com desempenhos espetaculares e daí a alteração a este regulamento.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra fazendo um resumo do regulamento, explicando que só se podem candidatar ao prémio, estudantes residentes há pelo menos dois anos na nossa Freguesia, em caso de empate o somatório do valor será distribuído de forma igualitária, terão de apresentar uma certidão do aproveitamento, prazo de candidatura, só se poderão candidatar uma vez, porque é para o 12º ano de escolaridade. Colocou então o ponto a votação tendo sido aprovado por unanimidade e por minuta, com efeitos imediatos.

## 12. Entrega do prémio aos melhores estudantes da Freguesia no ano de 2023/2024:

Passaram então à entrega do prémio aos vencedores. Como apenas se candidataram dois estudantes, apenas entregaram o primeiro e o segundo prémio.

Em segundo lugar ficou o António Rodrigues com uma média de 15,2 valores, e em primeiro lugar a Alexia Duarte com uma média de 18,1 valores, os dois seguiram o curso de Relações Internacionais um em Coimbra e a outra em Lisboa.

O **Presidente de Assembleia** felicitou os vencedores e desejou imensas felicidades e sucesso no seu percurso académico e profissional e referiu que a nossa Freguesia reconhecendo o mérito dos bons alunos e atribuindo um prémio, serve também de incentivo a que estudem, tornando-se uma excelente iniciativa no ponto de vista de apoio à juventude para a sua preparação para o futuro. Confidenciou que ele próprio, enquanto estudante, tendo nascido no Viuveiro e vindo de uma família modesta e humilde foi bolseiro da Fundação Gulbenkian e do Estado e que esses prémios lhe serviram de incentivo para estudar mais e permitiram-lhe ter boas classificações o que ajudou ao sucesso profissional, o que o torna sensível a estas ações e prémios. Fez uma reflexão sobre a vantagem de os estudantes terem boas notas e que o reconhecimento do mérito, mais tarde possibilitará um bom desempenho profissional.

## Período de intervenção e Esclarecimento ao Público

## ATAS

### 13. Serão prestados esclarecimentos, nos termos do Art.º 49º da Lei nº75/2013 de 12/9 e dos Art.º 31º e 34º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã:

O **Presidente de Assembleia** abriu o ponto tendo-se inscrito Manuel Pereira, Luís Filipe Silva, e Leontino da Conceição.

Solicitou **Manuel Pereira** a reparação e alargamento da estrada que sai dos Cardeais junto a residência da Sr.ª Otília até à habitação do Sr. Abílio, não tem largura de uma pá de máquina, e não é possível passar um carro ligeiro, o percurso é de 700 a 800 metros e neste momento os proprietários dos terrenos não conseguem passar. Referiu também que se for necessário a D. Olívia está disposta a ceder um pouco do seu terreno para se poder alargar a estrada. Solicitou também a colocação de *tout-venant* na Travessa da Ladeira, caminho que sai da residência do Filipe Gonçalves, pediu também alcatrão para a estrada que passa na porta da D. Olívia, antes da casa do Sr. Batista, que teve uma rotura de água, que só tem *tout-venant* e tem imensos buracos.

O Tesoureiro **Amílcar Fernandes** referiu saber de quais estradas se tratavam e que se as pessoas deixarem alargar, depois combinam e juntam-se para tratar da situação.

O **Fernando Rodrigues** solicitou a intervenção para explicar que a estrada que irá ser cortada intercede em grande parte com a D. Olívia, e a mesma autoriza o seu corte e cede terreno.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra ao **Luís Filipe Silva** que questionou sobre o cemitério da Fontinha, onde é que o executivo pretendia sepultar os corpos no futuro, uma vez que a parte direita está quase cheia e campas já com 3 corpos e referiu que a parte do estacionamento do mesmo nunca tinha sido acabado e que se encontrava em mau estado e que inclusivamente tinham feito a faixa de gestão naquela rua e que naquele local não fizeram. Reforçou sobre as três estradas que não tinham sido abertas e que já tinha dado conhecimento ao executivo.

Questionou sobre o parecer desfavorável dado pela Junta de Freguesia se tinha sido antes ou depois do dia 2 de dezembro de 2024 e onde é que as empresas exploradoras tinham feito as sessões de esclarecimento ao público. Questionou ainda se sabiam dizer o sítio certo onde se localizada a exploração denominada de Barra Longa. E perguntou se a Junta tinha um mapa dos limites da Freguesia que lhe pudesse facultar.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra e ajudou a perceber melhor a questão sobre os enterros no cemitério da Fontinha questionando se o que pretendia dizer era sobre a necessidade de organizar a parte esquerda para usar no futuro e concordou sobre a importância da criação do parque de estacionamento e sobre a necessidade do corte das árvores em volta do cemitério tentando sensibilizar os proprietários a fazê-lo e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que respondeu que o cemitério teria de ser adequado quando fosse necessário e que iriam tratar do parque de estacionamento. O **Luís Filipe Silva** solicitou da palavra elucidando que para sensibilizar os proprietários ao corte das árvores, teria a Junta de dar o exemplo e cortar as suas, junto do parque de estacionamento.

O **Presidente de Junta** respondeu que era bom que as pessoas trouxessem essas situações e que apesar do tempo ser pouco e muitas solicitações, teríamos meios para resolver essas situações. Quanto às estradas que tinha dado conhecimento, nesse dia ou no seguinte a

## ATAS

máquina que andava no local, esgotou as 200 horas de serviço e foi embora, mas que sabem que a máquina da Junta terá de voltar para aquela parte da Freguesia e que essas estradas serão abertas. Que o parecer teria sido logo após a reunião que tinham tido com a Junta de Abiúl e que o parecer tinha sido desfavorável aos dois pedidos e inclusivamente tinha falado com a Eng<sup>a</sup>. Túlia dizendo que os pareceres desfavoráveis seriam para toda a Freguesia de Vila Cã.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra dizendo que o parecer que tinha sido distribuído em Assembleia de Freguesia, tinha sido emitido no dia 14 de outubro de 2024 e passou a palavra ao **Luís Filipe Silva** questionou se o parecer já tinha sido emitido porque diziam que não tinham conhecimento e só esta semana falavam do pedido da Barra Longa e que não tinham falado nele na sessão de esclarecimento na Pipa.

O **Presidente de Assembleia** passou a palavra ao **Presidente de Junta** que esclareceu que logo que tinham tido conhecimento tinham concertado a sua exposição à DGEG em conjunto com a Freguesia de Abiúl e que o próprio sempre falou no pedido da Barra Longa que fazia parte da Freguesia de Vila Cã e Abiúl, o da Pipa e o do Avelar e reforçou ainda que falam no geral pois o que querem transmitir, é que não querem nenhuma exploração em território de Vila Cã. Quanto ao mapa dos limites de Freguesia, existe sim e podem facultar e que o próprio e o tesoureiro tinham ido ao Município saber dos limites e que tinham apanhado algumas surpresas, incluindo na Pipa e que os limites tinham sido alterados há uns anos e aprovados em reunião de Junta e Assembleia de Freguesia, e que neste momento os limites apresentados no Google não coincidiam com os do cadastro do Município, e que alguns tinham sido alterados para os caminhos.

**Luís Filipe Silva** pediu a palavra para questionar se os limites tinham sido alterados para as estradas como é que o pedido do Barra Longa apanha Vila Cã. Questionou ainda sobre o passeio em frente à capela da Fontinha, que se encontra danificado há muito tempo, se não poderia ser reparado e quanto às estradas abertas recentemente irão ficar cheias de água quando vier chuva, pois as estradas ficaram com muita terra nas bermas.

O **Presidente de Junta** respondeu que o Barra Longa passava perto da Fontinha, mas que não podia ser muito explícito pois não conhecia ainda bem e em pormenor toda a Freguesia.

A Secretária **Maria José Marques** solicitou da palavra para esclarecer que no convite à população falava dos vários pedidos de prospeção, mas se tinham focado mais no da Pipa por a sessão ser naquele local. O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra sugerindo que viesse reunir com o Presidente em dia de atendimento, para ser mais bem esclarecido.

Passou a palavra ao **Leontino da Conceição** que questionou qual o valor total global do orçamento, que não tinha ouvido e referiu estar contente por ver resolvida naquela Assembleia de Freguesia a questão da doação do terreno, um problema que já se arrastava há muito tempo, criando assim condições para a reabilitação do edifício e que passe a ter uma imagem diferente na nossa Freguesia. Referiu que tinha contribuído com um donativo para a construção do edifício, e que o mesmo tinha sido construído também com o dinheiro dos Vilacanenses, tratando-se assim de um edifício público e lamentou que durante cerca de 35 anos nunca nenhum elemento do Centro Cultural o tinha abordado para que se tornasse sócio, reforçando que aquela instituição sempre teve a questão de andarem de costas voltadas, inclusive com a

## ATAS

Junta de Freguesia, o que sempre sentiu quando fez parte do Executivo, considerando que teria a ver com questões políticas, mas que este tipo de instituições não deveriam ter essa atitude e via que hoje em dia, felizmente, essa situação parecia ultrapassada. Desejou que futuramente o edifício volte a ter muita utilização como acontecia em tempos passados.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra e em resposta ao último interveniente explicou que os documentos analisados e votadas na Assembleia de Freguesia eram distribuídos aos membros e não ao público, mas que posteriormente eram colocados no *site* para conhecimento de todos e que não podiam ler tudo a pormenor ali, mas que o total do orçamento era de 416 000 euros. Reforçou que concordava com o sentimento partilhado e que estas instituições de Vila Cã são muito fechadas e enquistadas numa bola de cristal e não procuram alargar a outros elementos. Em Portugal acontece muito, pois as pessoas que lá estão fecham as organizações a outras pessoas, com medo que venha alguém mais competente que os próprios. Teceu uma crítica às instituições de Vila Cã, reforçando que se as instituições convidassem pessoas válidas para trabalhar nas melhorias, não estariam fechadas e a trabalhar por rotina e iriam sim enriquecê-las e em Vila Cã isto também acontece, tornando-se individualistas e não privilegiando o interesse coletivo.

O membro **Liliana Silva** solicitou a palavra para explicar que a construção tinha sido feita antes do seu nascimento, mas que tinha conhecimento que antes da construção, os jovens de Vila Cã com a ajuda do Padre faziam bailaricos para angariar fundos para fazer algo mais e o Centro Cultural é o resultado do trabalho de várias gerações. Quando veio viver para Vila Cã, o edifício também a incomodou pelo seu estado, e percebeu que as pessoas ali ligadas apresentavam alguma falta de saúde mental e que o associativismo era mais que um edifício e evidenciou a parceria positiva com a Junta de Freguesia. Realçou ainda que o edifício esteve cerca de 7 anos ilegal e que a Junta poderia ter pegado no edifício e ter dado continuidade à sua atividade promovendo a que as pessoas voltassem a criar os órgãos sociais, mas isso não aconteceu e quando veio para cá viver em conjunto com outros sócios deram uma nova vida à Associação. Expôs ainda que no tempo do Sr. Aquino que era presidente das duas instituições, a situação não se conseguiu resolver e que neste momento o Centro Cultural tal como nos últimos 10 anos esteve sempre disponível para receber novos sócios, tendo inclusivamente uma faixa que diz envolve-te e que no início da Assembleia de Freguesia tinha deixado o elogio a esta relação entre a Junta e o Centro Cultural e deixou o convite para se tornar sócio. Quis ainda dizer que em 10 anos sempre se falou na requalificação do edifício, caso houvesse verba e sempre apelaram à Junta e ao Município e que no mandato do Dr. Diogo Mateus nem tiveram direito ao apoio financeiro em virtude de a Associação não estar legalizada, o que se torna muito frustrante pois sempre tentaram fazê-lo.

O **Presidente de Assembleia** retomou da palavra dizendo que a oposição elogiar o Executivo é um gesto de humildade democrática que é de apreciar. Questionou quantos sócios do Centro Cultural havia na sala percebendo-se que eram 5. Percebeu-se também que existiam pouco sócios do Centro Social de Vila Cã, ao que o Presidente elucidou que era a instituição que mais pessoas empregava na freguesia, e que o interesse social é tremendo, desde a qualidade dos serviços prestados, o cuidado das funcionárias, podendo-nos orgulhar desta instituição. Deu

## ATAS

também exemplo dos bombeiros que também têm um número muito baixo de sócios apesar da importância dos serviços que prestam a todos.

O **Presidente de Junta** tomou a palavra para agradecer a todos os presentes, dizendo ser muito interessante ver os Vilacanenses a participar nas atividades da Junta de Freguesia e que gostávamos de ter cada vez mais participantes, apelando ao apoio, vigia, participação e motivação dos Vilacanenses e desejou um Feliz Natal e um bom Ano Novo para todos.

O **Presidente de Assembleia** prosseguiu dizendo ser um orgulho em ter tantos cidadãos presentes que participam reclamam e põem questões, agradeceu a presença de todos e refletiu sobre o dever cumprido de toda a equipa e que a frustração do Presidente de Junta é não ter as obras feitas com a rapidez que pretende. Terminou, desejando um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e muita saúde para todos, e encerrou a reunião quando eram 19 horas e 58 minutos do dia 21 de dezembro do ano de 2024, da qual se lavrou a presente ata que irá ser submetida à discussão e aprovação na próxima Assembleia de Freguesia, após o que será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Mesa:



O 1º Secretário:



A 2ª Secretária:

